

IMPÉRIO DOS ELEITORES**DINÂMICAS FAMILIARES E ELITE POLÍTICA NO SÉCULO XIX – PARÓQUIA DE PIRANGA,
MINAS GERAIS****THE ELECTORATE'S EMPIRE****FAMILY RELATIONS AND POLITICAL ELITE IN THE NINETEENTH CENTURY – PARISH OF PIRANGA,
MINAS GERAIS**

MATEUS REZENDE ANDRADE | Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO

O contexto específico de configuração das elites locais na formação do Estado no Brasil imperial apresenta a família à frente da constituição das estruturas políticas do passado brasileiro. Ao se cruzar documentação cartorial e paroquial, analisam-se as estruturas familiares de um grupo de eleitores de uma paróquia mineira oitocentista demonstrando o processo de formação de redes clientelísticas em nível local.

Palavras-chave: Minas Gerais; elites; formação do Estado no Brasil; redes clientelísticas.

ABSTRACT

The specific context of local elite configuration in state formation in Imperial Brazil presents the family ahead of the constitution of the political structures of the Brazilian past. When crossing notarial documentation and parish records it is analyzed the family structures of electors in a nineteenth-century province, demonstrating the process of formation of clientelist networks at local level.

Keywords: Minas Gerais; elites; state formation in Imperial Brazil; clientelist networks.

RESUMEN

La configuración de la élite local en la formación del Estado en el Brasil imperial presenta la familia delante la constitución de las estructuras políticas. Al cruzar la documentación notarial y los registros parroquiales se analiza la estructura de un grupo de electores en la provincia de Minas Gerais, demostrando el proceso de formación de redes clientelares en el ámbito local.

Palabras clave: Minas Gerais; élite; formación del Estado en el Brasil imperial; redes clientelares.

INTRODUÇÃO

As relações centro e periferia encontram-se entre os principais assuntos da agenda de pesquisa sobre a história política do Brasil. Não é à toa que esteja em voga a discussão sobre a formação política brasileira e, nesta trama, não faltam referências aos sinuosos caminhos traçados pela Corte e províncias na formação do Estado no Brasil imperial e as decorrentes disputas por poder, formando o enredo da gênese do Estado nacional, balizada pela disputa entre o projeto da unidade e a busca da autonomia regional (Gouvea, 2008).

Para compreender este jogo político entre o centro e suas periferias, faz-se necessário conhecer um dos principais vértices deste contexto de disputas, a saber, as elites regionais, pleiteando refletir sobre suas origens e o porquê de inserir-se nesta conjuntura, simultaneamente fazendo frente ao poder central e compactuando com este.

Assim, cabe esclarecer os usos do termo “elite” ao longo deste artigo, facilitando a compreensão do leitor. Em resumo, abordam-se as estratégias de uma elite política regional, todavia não se deve perder de vista que elite política e elite regional podem ter interesses confluentes como podem, vez ou outra, antagonizarem-se (Martins, 2007). Dessa forma – transcendendo a estratégia metodológica utilizada de estabelecer como ponto de partida da análise que se empreenderá uma lista de eleitores de paróquia, ou seja, uma documentação que disponibiliza os nomes de indivíduos que pleiteavam cargos na representação política provincial –, a elite englobada por este artigo excede a elite política, pois ao incorporar indivíduos e suas famílias em sua diversificação de atividades econômicas e posições sociais variadas, enfocando-se as tramas dos interesses, traz à cena, seguindo indicação de Flávio Heinz, as elites políticas regionais revestidas por seus significados sociológicos, “definidas pela detenção de um certo [sic] poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual” (Heinz, 2006, p. 8), o que possibilita determinar quais os espaços, as práticas e os instrumentos do poder em múltiplos tipos de sociedade, além de viabilizar a compreensão dos dispositivos que permitiram o alcance às posições dominantes.

Maria Odila Dias pode ser um importante ponto de partida na reflexão sobre o papel desta elite colonial neste processo. Para ela, faz-se necessário um estudo atento aos mecanismos da classe dominante do Brasil para se preencher lacunas existentes no entendimento do processo de transição da colônia para o império. Em suas palavras, “quando se aprofundar o estudo do predomínio social do comerciante e das íntimas interdependências entre interesses rurais, comerciais e administrativos, estará aberto o caminho para a compreensão do processo moderado de nossa emancipação política” (Dias, 2005a, p. 23).

A este respeito, Sérgio Buarque de Holanda (1965) nos dá importantes subsídios para se pensar o longo processo que ele chama de desagregação colonial. Neste célebre artigo, em que descreve todo o processo de como a herança colonial teve um papel central e ditou as normas e as regras do jogo político nos anos iniciais do pós-Independência, o autor deixa explícito que no Brasil as ideologias contrárias a um poder centralizado não precisaram ser importadas. Para ele, estas tinham suas raízes bem firmadas nas origens das atividades colonizadoras e seus efeitos eram evidentes mesmo depois da chegada do príncipe regente em 1808.

Sem entrar nos méritos da discussão sobre a administração régia e a transição da colônia para o império, no momento nos basta a constatação da ativa participação da elite escravista colonial nas tramas políticas do processo de formação do Estado nacional (Silva, 2005). Cabe-nos apontar que as origens desta elite colonial remontam às primeiras décadas do processo de ocupação do território luso-americano e reproduziu-se social e economicamente através de estratégias de negociações com a Coroa, que, ao legar-lhes títulos e determinadas benesses, instituía a conquista da terra e a empresa colonial (Ricupero, 2009). Paradoxalmente, nos anos iniciais do império, esta elite de ascendência portuguesa, antigos súditos da Coroa, são os mesmos que buscam minar o poder centralizado, em suma, os que se posicionam contrariamente ao projeto da unidade nacional.

Impondo limites do seu apoio ao governo centralizado hegemônico, a principal requisição foi autonomia para gerir suas províncias e participação na condução da política nacional, concretizada com o ato adicional de 1834, que estabeleceu a divisão constitucional das respectivas competências do governo central e dos governos provinciais (Dolhnikoff, 2004). No entanto, Sérgio Buarque de Holanda evidencia o paradoxo político do ato adicional, segundo ele fruto do tradicionalismo inconsistente, sedento por regionalismos e reivindicações de autonomias, emplacado pelas elites regionais. De acordo com este autor, a autonomia provincial minou o poder municipal como se ali não se aninhasse o princípio da autonomia regional (Holanda, 1965).

Todavia, Raimundo Faoro nos lembra de outra medida que consagrou a autonomia local: o Código do Processo Penal de 29 de novembro de 1832, que deu nova fisionomia aos municípios, habilitando-os a exercer atribuições judiciárias e policiais (Faoro, 1975, p. 305). Portanto, parece-nos incontestável que a unidade básica administrativa, a saber, os distritos de paz, nesse período de incertezas e definições sobre os rumos políticos do país, tiveram participação na política provincial ou, pelo menos, ali se reproduziram lógicas internas da participação possível no jogo político.

A PARÓQUIA DE PIRANGA: ELEIÇÕES E REDES CLIENTELÍSTICAS

Desse modo, traça-se como um dos objetivos deste trabalho compreender a formação de redes clientelísticas em nível local, elegendo-se como espaço de análise a paróquia de Piranga, região que, desde a descoberta das minas e ao longo de todo o processo de ocupação e povoamento daquela capitania, era administrativamente vinculada à vila de Mariana e à fronteira agrícola do núcleo minerador.

Segundo Richard Graham, foi a capacidade dos atores políticos locais em criar e adentrar nestas clientelas políticas que sustentaram virtualmente todo o ato político do Brasil no século XIX (Graham, 1997). Por isso, o cerne de sua pesquisa foram as eleições provinciais, momento muito peculiar, pois punha à prova o poder do líder local, e este só seria capaz de pleitear cargos em instâncias administrativas superiores se mostrasse o seu valor vencendo as eleições em sua freguesia e paróquia. Assim, Graham afirma que apesar de em nível nacional os resultados eleitorais serem previsíveis, em nível local, para alguns, tudo dependia do resultado.

Graham deixa claro que todos faziam parte do mesmo sistema político que se reproduzia desde instâncias nacionais às locais. Para ele, era um importante líder local quem ganhasse as eleições, e ganhava por representar uma liderança superior da hierarquia administrativa, que um dia estivera ali, nas paróquias ou nos distritos de paz, galgando ascensão política.

Essa lógica era um reflexo direto do sistema eleitoral hierarquizado promulgado no Brasil com a Carta Constitucional de 1824. Este sistema herdou algumas medidas que já haviam sido sancionadas meses após a Revolução Liberal do Porto (1821) para eleição de deputados às Cortes de Lisboa (Brasil, 1996), contudo formalizou o processo ao definir a altura de cada degrau e limitá-los a dois: votantes e eleitores (Dias, 2005b). Destes dois degraus de base, constituídos nas freguesias e paróquias, seriam eleitos os representantes dos dois degraus seguintes: deputados e senadores. Portanto, fica evidente que a paróquia, suas freguesias e os distritos de paz das províncias detinham a função básica da produção e reposição de peças ao cenário político. Assim, torna-se latente o empenho de se compreender os mecanismos internos da ação política e sua relação com uma sociedade hierarquizada, em que classe e status entrelaçavam-se.

OS ELEITORES DA PARÓQUIA DE PIRANGA

A principal fonte histórica que balizou a realização deste trabalho foi a *Lista dos eleitores da paróquia de Piranga* (LEP). Essas listas foram publicadas no jornal *O Universal*, nos anos de 1830, 1831 e 1833, período em que Minas Gerais vivenciava um efervescente cenário de disputas políticas e ideológicas, no qual a imprensa desenvolvia importante papel de difusora de ideais, objetivando influenciar o jogo político, tornando-se, muito mais do que simples intermediário entre agentes políticos, o espaço da ação política (Moreira, 2006).

Outra fonte documental de essencial importância para o desenvolvimento desta pesquisa foi a documentação cartorial, especificamente os inventários *post mortem*. Apesar de ser uma fonte que apresenta dificuldades em sua quantificação, as informações fornecidas ao estudo de trajetórias individuais dão subsídios a importantes análises qualitativas.

De modo complementar, foram utilizadas informações recolhidas em levantamentos censitários, a fim de traçar o contexto socioeconômico e demográfico em estudo. Esses levantamentos são uma das principais fontes documentais de caráter demográfico para o chamado período pré-censitário. A riqueza dessa documentação permitiu o desenvolvimento de técnicas específicas de análise demográficas, dentre elas as tipologias de domicílios cunhadas pelo Cambridge Group for the History of Population and Social Structure. Nessas listas são elencados nominalmente todos os habitantes de uma dada região administrativa (vila, distrito, paróquia etc.). Há variância nas informações contidas, mas, de um modo geral, permitem levantar informações relativas ao sexo, idade, profissão e distribuição por domicílio de todos os indivíduos daquela população.

Para Minas Gerais, existem duas séries importantes de listas nominativas, uma que compreende os anos de 1831-32 e outra de 1838-40, organizadas a mando do governo provincial, que tinha por intenção realizar um recenseamento geral da província, sendo os juízes de

paz os responsáveis pela confecção das mesmas em nível local.¹ Essas listas foram organizadas de acordo com os domicílios e a relação nominal de todos os que ali residiam, elencando informações quanto à cor, condição social (livre, liberto ou escravo), idade, estado civil e ocupações, estas últimas principalmente para os chefes de domicílio.

Com o levantamento nominal das LEP, constatamos que 66 nomes foram impressos nas três listas publicadas entre setembro de 1830 e março de 1833. Contudo, vários nomes aparecem em mais de uma listagem, totalizando 38 eleitores. Destes, metade são listados uma única vez, dez listados duas vezes e nove nas três oportunidades. Desse modo, neste artigo, iremos nos deter nas análises das trajetórias e estratégias familiares de alguns daqueles nove eleitores três vezes listados, julgando tratar-se do núcleo principal dos eleitores daquela paróquia.

POSSE DE ESCRAVOS E ESTRUTURA DOMICILIAR

Ao se cruzar nominalmente as LEP e as listas nominativas de 1831, encontramos todos os nove eleitores como chefe de seus respectivos domicílios. Nem todos foram recenseados no mesmo distrito, entretanto quatro deles foram recenseados no arraial sede da paróquia (Piranga), três no distrito da Tapera, um no distrito de Brás Pires e outro no de Senhora de Oliveira. À exceção do distrito de Brás Pires, todos os outros, dentro da microrregionalização proposta para a região, encontram-se na porção central, “definida pelo expressivo número de escravos, provavelmente reflexo da vocação agrícola, que ademais é onde se concentra a maior parte dos aguardenteiros do Piranga” (Andrade, 2014).

Dentre todos os 38 eleitores, 29 são recenseados em 1831. Se levarmos em consideração os seus efetivos escravos, encontra-se uma média de 23,13 escravos por eleitor, entretanto se considerarmos somente aqueles nove, esta média eleva-se para 39,11 (tabela 1). Dos nove eleitores, seis deles são os maiores proprietários de escravos entre todos os outros, enquanto dentre os três restantes, dois são padres, um deles sem escravos em seu domicílio e o outro com apenas um cativo, e um é capitão – senhor de vinte cativos, número inferior à média geral de todos os eleitores.

Tabela 1 – Posse de escravos entre os principais eleitores da paróquia de Piranga, 1831

Eleitor	Idade	Escravos	Razão escravos/ livres
João Luciano de Sousa Guerra Araújo Godinho	62	98	12,25
José Justiniano Carneiro	48	66	7,33
Domingos Alves Guimarães, capitão	46	48	9,60

¹ Estes recenseamentos foram objetos de sistemáticos estudos realizados por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Face/UFMG e encontram-se disponíveis para consulta online em: <www.poplin.cedeplar.ufmg.br>.

Antônio Pedro Vidigal de Barros, cirurgião	50	44	3,67
José Antônio de Araújo Silva, alferes	46	40	6,67
Francisco Coelho Duarte, alferes	40	35	17,50
Antônio Teixeira Guimarães, capitão	60	20	2,50
Justiniano da Cunha Pereira, padre	32	1	0,17
Manoel de Bithencourt Godinho, padre	42	0	0,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas nominativas, 1831.

Tal constatação vem corroborar o favorecimento da participação da elite econômica na trama política, pois para ser um votante e eleitor de paróquia exigia-se uma renda líquida anual superior a cem mil e duzentos mil réis, respectivamente. Assim, a elite política fora composta, majoritariamente, por grandes proprietários de escravos ou a estes inter-relacionados, o que ficou evidente nos dados por nós apresentados.

Em se tratando da posse de escravos, acreditamos não ser suficiente o trato de valores absolutos, sendo importante extrair da documentação a razão entre escravos e livres no domicílio, em outras palavras, o número de escravos para cada livre. Quando atentos a esta razão, notamos que a maior cifra (17,50) encontra-se do meio para o final da tabela, portanto de um dos domicílios com um menor número de cativos se comparado aos outros (35 cativos) e, ainda, entre um dos eleitores mais jovens (40 anos de idade). Tal constatação nos remete, quase obrigatoriamente, ao ciclo de vida dos eleitores e de suas famílias. Enquanto uns eram viúvos, alguns eram casados em primeiras ou segundas núpcias e outros recém-casados, sem filhos ou com filhos ainda crianças, caso do alferes Francisco Coelho Duarte, livre, branco, 40 anos de idade, casado com Francisca Cândida de Lima, livre, branca, 22 anos mais nova que seu cônjuge, no recenseamento de 1831 ainda sem filhos, e senhores de 35 escravos.

A FAMÍLIA COELHO DUARTE

Em situação domiciliar quase semelhante a do alferes Francisco Coelho Duarte, encontra-se o seu irmão mais novo, alferes Feliciano Coelho Duarte, também eleitor da paróquia de Piranga, porém somente em uma das três listagens publicadas no jornal *O Universal* (edição 548, p. 4). Feliciano, aos 30 anos de idade, era chefe de seu domicílio onde coabitavam sua esposa, Constância Emília de Lima, 25, e um filho do casal, José Feliciano, 4 anos de idade, além dos 29 cativos.

Os dois irmãos, ainda que jovens, provavelmente recém-casados, juntos eram senhores de 64 escravos, cifra que corresponde a 10,22% do total de cativos do distrito em que foram recenseados. Portanto, é natural supor que descendiam de importante elite econômica da região, pois mesmo ainda no início de suas vidas familiares já possuíam bens e riquezas que muitos, mesmo entre homens abastados, só adquiriam com o passar de muitos anos.

Filhos do casal capitão-mor José Coelho Oliveira Duarte e Francisca Maria de São José descendiam do casal Antônio Duarte, cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, e sua esposa dona Francisca Pinta de Oliveira, moradores no morro da Passagem em Mariana e proprietários de terras na freguesia de Guarapiranga desde a primeira metade do século XVIII.

Antônio Duarte, além de familiar do Santo Ofício e cavaleiro da Ordem de Cristo, também alcançara a patente de sargento-mor, tendo ainda sido vereador da Câmara de Mariana. Em 1756, seu nome aparece na lista dos homens ricos da capitania de Minas Gerais. Neste documento também aparecem os nomes do licenciado e familiar do Santo Ofício Domingos Coelho e do sargento-mor João Ferreira Almada. Ambos casaram-se no ano de 1759 com as duas filhas mais velhas de Antônio Duarte, num típico exemplo da endogamia intraelite, concentrando assim a fortuna e o poder, sem dividir propriedades e perder o status social familiar (Almeida, 2006).

Domingos Coelho, tendo se casado com dona Feliciano Isabel Maria de Oliveira, estabeleceu-se na freguesia de Guarapiranga, na fazenda do Engenho, propriedade próxima ao arraial sede, onde tiveram uma vida abastada e de expressivo reconhecimento social (Lemos, 2014). Ao longo dos 21 anos de matrimônio, tiveram dez filhos, dentre eles José Coelho Oliveira Duarte, pai dos dois eleitores irmãos. Esta extensa prole lhes conferiu um alargado campo de relações sociais, seja a partir de importantes casamentos de seus filhos com outras abastadas famílias ou, ainda, na escolha de importantes compadres. O enraizamento social deste casal e o sucesso da empresa familiar ali estabelecida podem ser auferidos pelo exponencial aumento da riqueza do casal. O monte-mor de Feliciano Isabel Maria de Oliveira, declarado em inventário (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, doravante ACSM, código 74, auto 1.569) no ano de 1782 é de 20:302\$925 (vinte contos, trezentos e dois mil, novecentos e vinte e cinco réis), valor quase 2,5 vezes maior que o cabedal estimado possuído por Domingos Coelho quando ainda era solteiro e pleiteava o cargo de familiar do Santo Ofício (Lopes, 2014).

Domingos Coelho e Feliciano Isabel, assim como seus pais, traçaram bons casamentos e tramas sucessórias a seus filhos seguindo o *modus operandi* de manutenção da riqueza, poder, status e reconhecimento social. Assim, a filha mais velha do casal, dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, contrai matrimônio com o capitão-mor Antônio Gomes Sande, um dos maiores produtores de cana-de-açúcar da região (Lemos, 2014), casal que é sogro e pai, respectivamente, dos também eleitores cirurgião Antônio Pedro Vidigal de Barros e padre Antônio Gomes de Oliveira Sande.

A FAMÍLIA SANDE VIDIGAL

As núpcias do então tenente Antônio Gomes Sande com dona Francisca Clara deram-se próximas ao falecimento do pai da noiva que já era naquela ocasião viúvo, o que é um forte indicativo de que este matrimônio aconteceu num momento de rearranjo do patrimônio familiar. Desse modo, Antônio Gomes Sande e Francisca Cândida – a filha primogênita –

herdaram a principal propriedade do casal, a fazenda do Engenho, enquanto seus irmãos adquiriram outras propriedades em localidades próximas a Piranga.

Assentado na fazenda do Engenho, Antônio Gomes Sande dá novo rumo à propriedade quase triplicando a produção de cana-de-açúcar e dos produtos que advêm desta gramínea (Lemos, 2014). O capitão e sua esposa tiveram quatro filhas e somente um filho, homônimo de seu pai; contudo, mesmo sendo o único herdeiro do sexo masculino, seguiu a carreira eclesiástica. Duas filhas, Maria Feliciano e Antônia, parecem ter permanecido celibatárias e provavelmente morrem ainda cedo, pois no ano de 1833 não aparecem como herdeiras no inventário de dona Francisca Clara Umbelina de Jesus (ACSM, código 151, auto 3.174). A filha mais velha do casal, Francisca Cândida de Oliveira Sande, casou-se no ano de 1811, com o cirurgião Antônio Pedro Vidigal de Barros, português, natural da freguesia de São Miguel de Penella, comarca de Coimbra. Deste casamento nasceram três filhas e dois filhos, porém Francisca Cândida faleceu em 1819, provavelmente no parto do filho Joaquim, o qual tinha somente oito meses quando se deu o processo de abertura do inventário (ACSM, código 97, auto 2.032). A morte precoce de uma das herdeiras leva a família a traçar novas estratégias para manutenção de seu patrimônio: o viúvo Antônio Pedro casa-se com a outra filha do falecido Antônio Gomes Sande, dona Teresa Altina, com quem teve mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos do primeiro casamento de Antônio Pedro.

Antônio Pedro Vidigal de Barros, enquanto juiz de paz da localidade, portanto responsável pela feitura da lista nominativa do distrito de Piranga, encabeça o documento. Listado como lavrador e negociante, é também o maior proprietário de escravos do distrito, com um efetivo escravo de 44 cativos. Além dele, são arrolados como livres em seu domicílio: sua esposa, Teresa Altina, oito filhos (cinco filhos do primeiro casamento e três do segundo), sua sogra Francisca Clara e seu cunhado padre Antônio Gomes Sande.

Se somados os efetivos escravos deste domicílio, com os dos outros dois chefiados pelos primos da esposa de Antônio Pedro – os irmãos Francisco e Feliciano Coelho Duarte –, veremos que estes três domicílios, encabeçados por eleitores da paróquia de Piranga, descendentes de abastada família, já estavam enraizados na região desde a segunda metade do século XVIII, e eram proprietários de 17,25% do total de escravos do distrito.

A FAMÍLIA VIDIGAL BADARÓ

Em vista da historiografia que trata sobre a participação política no império, não é de causar espanto três domicílios, todos de alguma forma pertencentes a um mesmo clã familiar, serem senhores de grandes efetivos escravos e buscarem participação nos quadros administrativos provinciais. Entretanto, é de grande interesse conhecer as estratégias de mobilidade social, manutenção da riqueza e formação de clientelas traçadas por estes eleitores que lhes possibilitassem definitivamente adentrar a política provincial e não perder o seu mando local.

Não são poucos os indícios de que esses eleitores moviam-se estrategicamente para solidificar relações e galgar ascensão, prestígio e poder. Alguns meses antes da publicação

da LEP, na edição 876 do jornal *O Universal*, a terceira em que Francisco Coelho Duarte era listado, sacramentou-se o batismo de sua filha Elisa na ermida de sua própria fazenda no dia 12 de dezembro de 1832 (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, doravante Aeam, paróquia de Piranga, livro 11, p. 197). Na ocasião, um dos padrinhos escolhido era o então presidente da província de Minas Gerais, Manoel Inácio de Melo e Sousa. Não fosse o conhecimento das aspirações políticas recentes de Francisco Coelho Duarte – a esta altura já assinava e era referenciado como Francisco Coelho Duarte Badaró, numa clara alusão ao jornalista Líbero Badaró, mártir da causa liberal nos anos iniciais do império no Brasil –, tal participação de importante membro da administração provincial no sacramento de batismo de sua filha não reclamaria demasiadas explicações. Bastaria a ideia de que através do compadrio indivíduos forjavam alianças hierarquicamente ascendentes buscando proteção, distinção e prestígio social.

Entretanto, almejamos compreender as estratégias de Francisco Coelho Duarte Badaró, dar conta das negociações, escolhas e decisões que o levaram a tal laço de compadrio e à criação de um nome para sua família e sucessão, o que, certamente, tem implicações com suas aspirações políticas.

Nesses mesmos anos iniciais da década, parece ter sido comum a busca por laços espirituais com agentes políticos de instâncias superiores ao distrito de paz. Antônio Pedro Vidigal de Barros, em dois sacramentos de batismo de seus filhos, um em maio de 1831 e outro em abril de 1833, escolheu como padrinhos o capitão Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, figura ativa nos cargos da Câmara de Mariana desde os anos iniciais do século XIX (Chaves, et al., 2008), e também o cônego Manoel Júlio Miranda, camarário da Casa de Vereança de Mariana e, ainda, deputado provincial em diversas legislaturas (Revista do Arquivo Público Mineiro, ano I, 1896).

Destaca-se que mesmo tendo assumido o cargo de procurador da Câmara de Mariana no ano de 1816 (Chaves, et al., 2008), Antônio Pedro Vidigal de Barros só move-se a firmar laços com a elite política provincial exatamente neste período em que as elites locais buscavam inserção na condução de projetos de formação do Estado, o que, mais uma vez, vem corroborar e lançar luz sobre as peculiaridades da agência individual neste período, a qual estava intimamente relacionada à formação de clientelas e redes de influência e poder.

Alguns de seus filhos das suas primeiras núpcias, no início da década de 1830, já estavam em idade de adentrar ao mercado matrimonial, o que proporcionava ainda mais possibilidades de arranjos a alavancar o posicionamento social de Antônio Pedro Vidigal de Barros e o prestígio de sua família. Por exemplo, na lista nominativa de 1831, dos oito filhos que são recenseados, cinco são mulheres, três delas com idades entre 15 e 18 anos. Num novo recenseamento feito no ano de 1838, duas destas filhas mais velhas não mais residiam no domicílio de Antônio Pedro. Uma delas, dona Maria Micaela, fora recenseada no domicílio vizinho ao de seu pai, casada com o capitão José de Araújo Ribeiro Vasconcelos, curiosamente também listado como eleitor da paróquia de Piranga no ano de 1831 (*O Universal*, edição 548, p. 3).

Neste mesmo ano, este eleitor, aos 37 anos, ainda solteiro, fora recenseado como negociante e senhor de seis escravos – cifra irrisória perto das médias auferidas para os outros

eleitores da paróquia. Já casado, além da esposa e uma filha pequena, em seu domicílio foram recenseados 12 escravos e não mais listado como negociante, mas como lavrador. Duas interpretações podem balizar as explicações a este enlace matrimonial, uma delas foca a agência do cônjuge, português chegado às Minas, que buscou se enraizar e ascender socialmente através de um bom casamento com uma moça da elite local, podendo ainda ser cotejada pela mudança ocupacional do mesmo, que, quando solteiro, era negociante, portanto envolvido em atividades comerciais e ao se casar adentra ao seletivo grupo da elite agrária, atividade que legava maior prestígio e reconhecimento social (Fragoso; Florentino, 2001; Furtado, 2006).

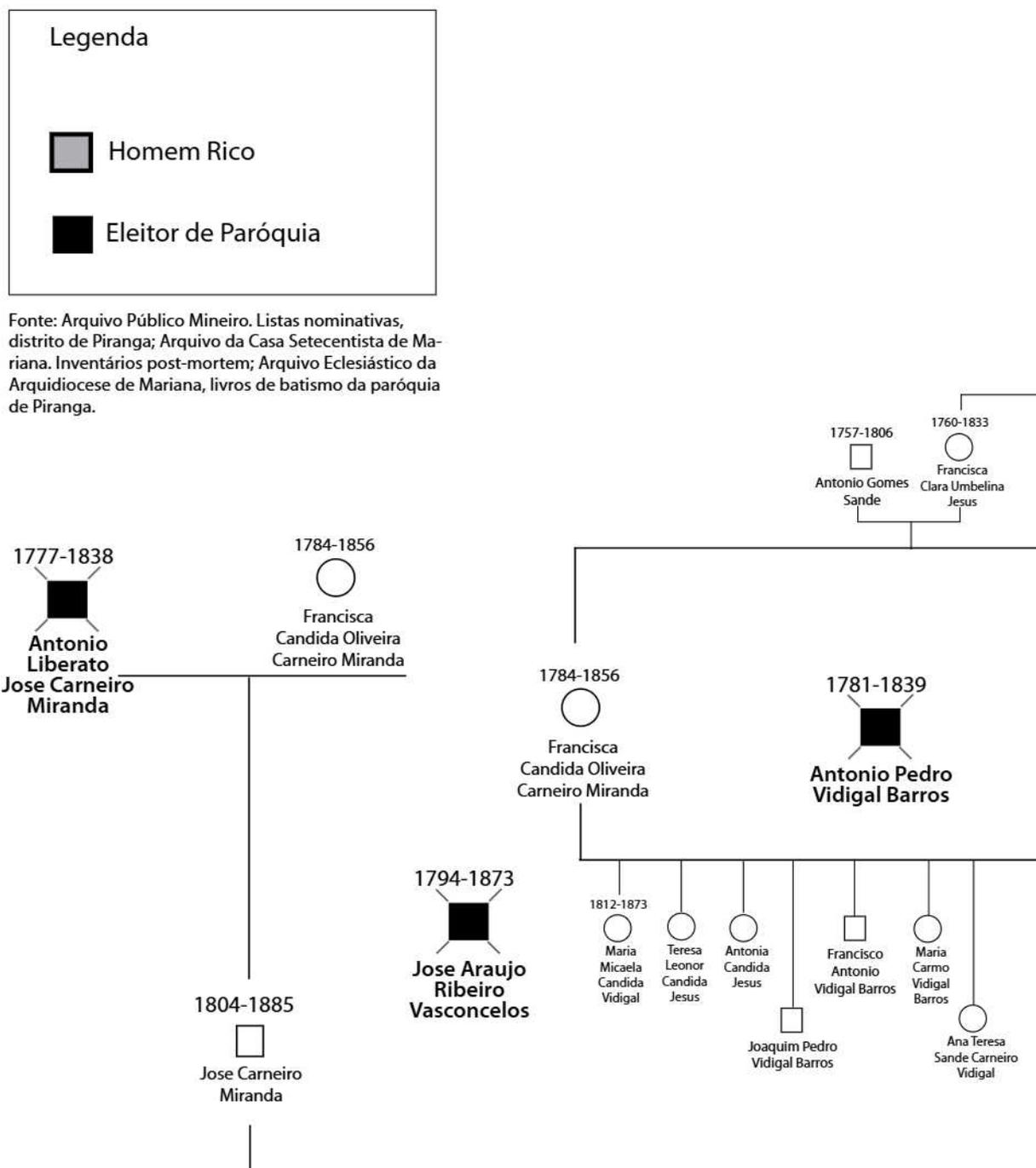
Por outro lado, podemos ainda mudar o foco para a agência do pai da noiva e as variadas tramas sucessórias que davam continuidade à empresa familiar. No caso em questão, o casamento de Maria Micaela, herdeira mais velha de um importante casal da elite escravista local, com um homem português, não se desviava do padrão averiguado para os casamentos das gerações de sua mãe, avó e bisavó. Todas, nascidas nas Minas Gerais, filhas de importantes figuras da elite socioeconômica, casaram-se com portugueses advindos da região do Minho. Portanto, José de Araújo Ribeiro Vasconcelos, na primeira metade do século XIX, inserindo-se nos espaços de sociabilidade daquela localidade, dada sua ascendência europeia, era figura prestigiosa aos olhos daqueles que procuravam um bom casamento para suas herdeiras e um sucessor para os seus negócios (Pedroza, 2011).

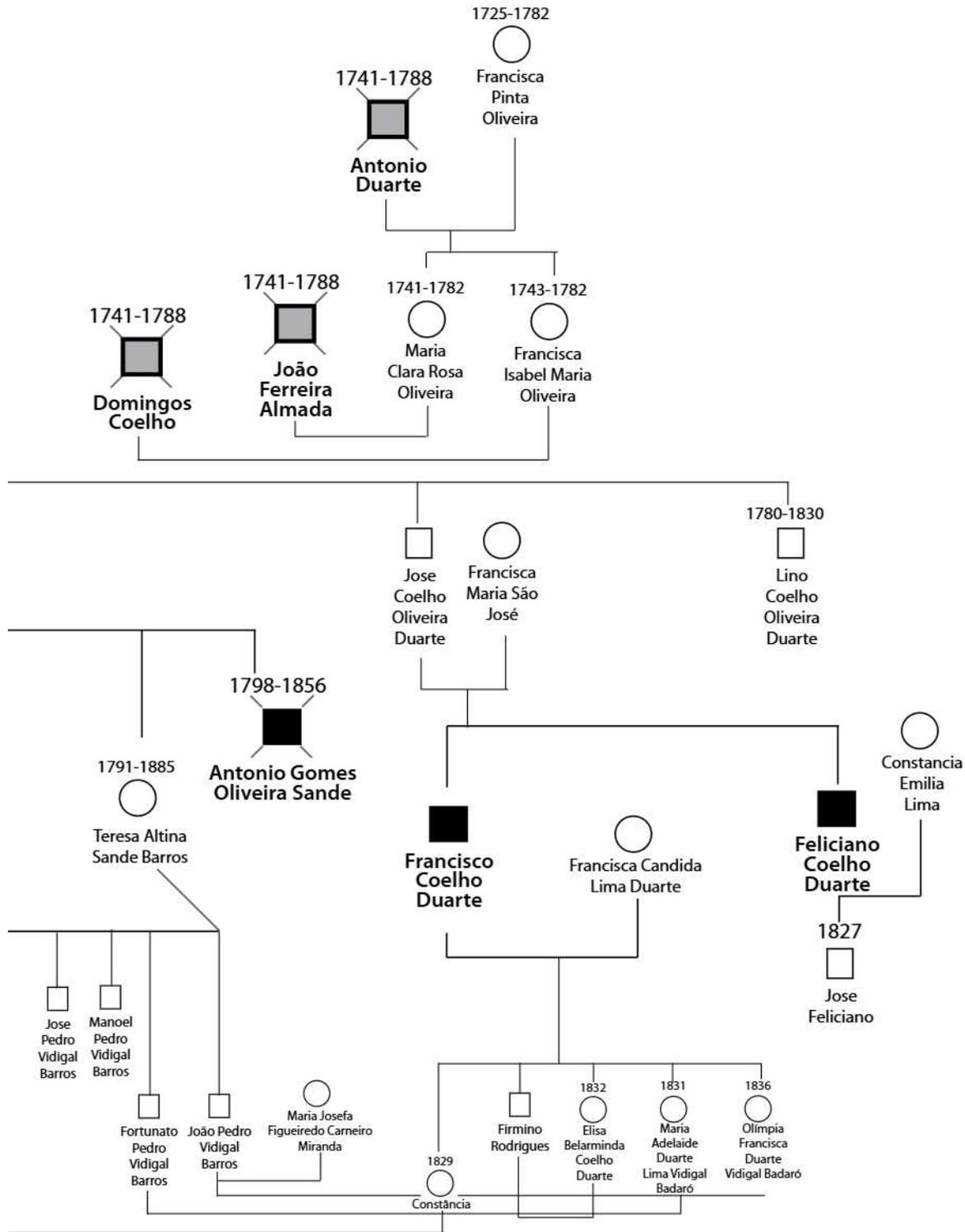
Felizmente, em se tratando das escolhas e estratégias individuais não temos que escolher entre uma e outra, pois indubitavelmente tanto Antônio Pedro quanto José de Araújo Ribeiro Vasconcelos tinham interesses neste matrimônio, pelos motivos supracitados. Porém, frisamos a importância desse matrimônio para a manutenção do prestígio da família, o qual, sem dúvida, foi prudentemente considerado ao se escolher um genro que já tinha alguma proeminência social, do contrário não se elegeria eleitor de paróquia se fosse um simples comerciante, sem prestígio e reconhecimento.

Numa temporalidade diferente da delineada por Antônio Pedro Vidigal de Barros em função da idade de seus filhos, Francisco Coelho Duarte Badaró começa a conceber as suas tramas sucessórias e os bons casamentos de sua prole na segunda metade da década de 1840, momento em que já havia ascendido a deputado provincial e carregava junto a seu nome o título honorífico de comendador. Muito provavelmente, nos anos de 1844 e 1845, em algumas das sessões da Assembleia Legislativa provincial mineira, para a qual Francisco Badaró fora eleito, arquitetou o casamento de sua filha com o também deputado daquela legislatura Firmino Rodrigues Silva. No entanto, conforme consta numa biografia sobre o jornalista, deputado e senador do império (Mascarenhas, 1961), o matrimônio com dona Elisa Berlaminda Coelho Duarte Badaró,² filha de Francisco Coelho Duarte Badaró, foi oficializado no ano de 1852 na vila de Piranga.

2 A título de curiosidade, Elisa era a mesma filha que em dezembro de 1832 fora apadrinhada pelo então presidente da província de Minas Gerais.

Figura 1 – Enlaces matrimoniais, família Vidigal Badaró, séculos XVIII e XIX





Diferente das impossibilidades que a falta de capital humano da geração anterior impôs a estas famílias (Sande Vidigal e Coelho Duarte) no delineamento das estratégias de sucessão e matrimoniais, havia agora um amplo leque de possibilidades para reproduzir e ampliar os recursos econômicos, políticos e de prestígio do grupo familiar. Desse modo, foram diligentemente concebidos os enlaces matrimoniais de três filhos do cirurgião-mor Antônio Pedro Vidigal de Barros com três filhas do comendador Francisco Coelho Duarte Badaró (Aeam, Dispensas matrimoniais, 17 de agosto de 1848). O coronel Joaquim Pedro Vidigal de Barros casou-se com dona Constança Augusta Badaró, o capitão Fortunato Pedro Vidigal de Barros com dona Maria Adelaide Duarte Lima Badaró e o major João Pedro Vidigal Barros casou-se com dona Olímpia Francisca Duarte Badaró (figura 1).

Estes três casamentos celebrados no ano de 1848 representam estratégias, em certo sentido, endogâmicas, ao passo que os envolvidos descendiam de uma mesma origem familiar. Porém, a ausência desta endogamia nas gerações anteriores pode ser elucidativa ao entendimento das estratégias familiares em diferentes conjunturas. Provavelmente, num momento de incertezas políticas, de conturbações quanto aos rumos da economia com a proibição do tráfico transatlântico de escravos, o mais prudente destino fosse a endogamia matrimonial, vis-à-vis a necessidade de minar a insegurança quanto ao rumo familiar, mantendo intacto o seu patrimônio.

Em contrapartida, as gerações anteriores vivenciaram a expansão da fronteira agrícola do centro minerador, período em que a região de Piranga experimentou um grande aporte populacional, solidificando sua vocação agrícola em um contexto de grandes expectativas quanto ao acúmulo de riquezas e mobilidade socioespacial e, conseqüentemente, a necessidade de um maior leque de relações matrimoniais com outras famílias, o que abriria novas oportunidades de enraizamento e empreendimentos familiares.

Contudo, apesar da averiguada endogamia, dois filhos do segundo casamento de Antônio Pedro Vidigal de Barros casam-se com outra família da elite local: os Carneiro Miranda. Ana Teresa Sande Barros casou-se com o capitão José Carneiro de Miranda, 24 anos mais velho que ela. Em 1831, ainda casado em primeiras núpcias, é chefe de seu domicílio onde foram listados 12 escravos. Seu pai, o também eleitor alferes Antônio Liberato José Carneiro de Miranda (O Universal, edições 491 e 548), neste mesmo documento aparece como proprietário de 24 escravos, vivendo no distrito do Calambau.

Assim, observa-se por estes enlaces matrimoniais que os Sande Vidigal arquitetaram importantes relações com famílias da freguesia de Guarapiranga que detinham amplo cabedal. Não obstante, expressam formas como esta família geriu seu patrimônio através da mobilidade socioespacial. Em 1830, quando foi aberto o inventário de Lino Coelho Oliveira Duarte – irmão de dona Francisca Clara, portanto tio-avô dos filhos de Antônio Pedro Vidigal de Barros –, ele nomeia Antônio Pedro Vidigal de Barros e o padre Antônio Gomes Sande, como herdeiros de sua propriedade: a “fazenda d’O Seringa”, situada no distrito do Calambau (ACSM, código 26, auto 647). Desde então, essa família começou a mover recursos para se asentarem nesta nova localidade e, desse modo, casam-se estrategicamente com os Carneiro Miranda, família que já estava ali enraizada desde finais do século XVIII.

Por outro lado, como demonstrado, não abandonaram a endogamia matrimonial no distrito de Piranga, onde detinham sua base produtiva. Portanto, os Sande Vidigal moviam recursos para manter suas posses e prestígio no distrito de origem, mas, de forma complementar, traçavam relações com famílias de outras localidades nas quais detinham algum interesse para manutenção de seu patrimônio e dos rumos sucessórios.

CONCLUSÃO

Toda a narrativa deste trabalho foi erigida a partir de um contexto específico de configuração de uma elite local na conjuntura de formação do Estado no Brasil imperial. Entretanto, ao invés de elegermos instituições governativas, normas e leis, códigos penais e civis, voltamo-nos às relações familiares dos eleitores de paróquia, postulando-as como chave interpretativa das estratégias delineadas à inserção nos quadros da administração provincial.

Ao longo do trabalho mostramos o caso de um jovem eleitor, Francisco Coelho Duarte Badaró, o qual, galgando ascensão política, firmou laços de compadrio com o presidente da província de Minas Gerais. Outro, Antônio Pedro Vidigal de Barros, mesmo já tendo assumido cargos na vereança da Câmara de Mariana, somente quando se lhe abre a possibilidade de alcançar a Assembleia Legislativa move-se estrategicamente para firmar laços com importantes atores políticos de fora da sua localidade.

Não estamos sugerindo que todos os eleitores almejavam o cargo de deputado, ainda que estivessem aptos. Acreditamos que muitos sabiam os limites de sua influência, contudo, mesmo que a Assembleia Legislativa estivesse longe demais, fortalecer laços locais não fugia ao campo de ação, integrando assim grupos de eleitores e fortalecendo laços familiares, como no caso demonstrado neste trabalho de forte restabelecimento de uma endogamia matrimonial.

Por fim, reconhecemos que ainda temos uma extensa agenda de pesquisa, sobretudo para cumprir o objetivo de compreender como se davam as conformações do clientelismo em nível local, desvendando a gênese de verdadeiros clãs eleitorais a partir do mapeamento das diversas redes de relacionamento firmadas por estes agentes da história política brasileira. Por exemplo, sabemos que um eleitor mirou compadres fora da paróquia para apadrinhar seus filhos, entretanto cabe-nos conhecer quem eram seus compadres e conterrâneos, quem ele nomeou e por quem ele foi nomeado padrinho e, daí, compreender como se estruturavam as hierarquias sociais e as redes de poder numa sociedade altamente estratificada.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla M. C. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla M. C.; OLIVEIRA, Mônica R. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

ANDRADE, M. R. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (ca. 1760-ca. 1850)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Organizadores: Nelson Jobim; Walter Costa Porto. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996. 3v.

CHAVES, Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de (org.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005a.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005b.

DOLHNIKOFF, Miriam. A regionalização do jogo político: elites e poder no Brasil do século XIX. *Novos Estudos*, n. 70, nov. 2004.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. 2v.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, ca. 1790-ca. 1840*. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOUVEA, Maria de Fatima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1965, tomo II, v. 1, p. 9-39.

LEMOS, Gustavo. *Minas da terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume, 2014.

LOPES, Luiz F. R. *Vigilância, distinção e honra: Inquisição e dinâmica dos poderes locais no sertão das Minas setecentistas*. Curitiba: Prismas, 2014.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado, 1842-1889*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do império: (Firmino Rodrigues Silva)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. (Brasiliana; v. 309).

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 491, p. 4, 10 set. 1830.

O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 548, p. 4, 24 jan. 1831.

O UNIVERSAL. Eleitores do termo de Mariana – paróquia de Piranga. Edição 876, p. 3, 11 mar. 1833.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Direção e redação de J. P. Xavier da Veiga, diretor do mesmo arquivo. Ano I, 1896. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil (ca. 1530-ca. 1630)*. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, Ana Rosa Clolet da. De comunidades a nação: regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack braziliense*, n. 2, p. 43-63, nov. 2005.

Recebido em 22/12/2016

Aprovado em 16/2/2017